

Uma Visita (uma virtual, outra real), um Museu, um Editor de Jogos e Livros – A Editorial Infantil MAJORA. Algumas Achegas para uma História de Editores Portugueses¹

*Maria Lúcia Diogo Ayres d'Abreu**

Para quase todas as pessoas existe o livro que se queria ler e que ainda se não leu, o livro da sua vida, o livro ideal. Para muitos, o livro é o companheiro de cabeceira. Quando se pega num livro, olha-se para o nome do autor, lê-se o título, vê-se a ilustração da capa, observa-se o aspecto gráfico, folheia-se, manuseia-se. Quase nunca se nota ou se dá importância à casa editora ou ao editor. Mesmo depois de deixarmos a adolescência, este comportamento só é abandonado quando lemos ou compramos o livro por razões profissionais. Este hábito — o de passarmos a reparar na ficha técnica de descrição do livro — vai levar-nos a ter a mesma atitude quando agarramos num livro em momentos de lazer. Só então nos passa pela cabeça que para termos aquele objecto nas mãos alguém se lembrou de o produzir — o editor.

O objecto físico que é o livro variou/varia na forma, no tempo, no espaço. O livro é um objecto material que, segundo Albert Labarre (2005: 5), para se definir correctamente “é preciso recordar três noções que têm de andar juntas: suporte de escrita, difusão e conservação de um texto, manuseamento”. Labarre acrescenta ainda que, para o estudo completo de este objecto “[p]roduto fabricado, mercadoria comercial, objecto de arte”, tem de se ter em conta a “edição, a difusão e preparação das obras, os factores que ajudam ou dificultam esta difusão e a organização das profissões ligadas ao livro” (2005:6). Nestas últimas, além de autores, tradutores, ilustradores, englobam-se, obviamente, editores, tipógrafos, locais de impressão, etc. Conclui-se das palavras daquele autor que no estudo completo de uma obra impressa, do livro tipográfico, é imprescindível a inclusão do (re)conhecimento do editor.

* CEAUL, Universidade de Lisboa

¹ Caro Professor João de Almeida Flor: Há dois anos, no Colóquio Traduzir em Portugal durante o Estado Novo, na UCP, apresentei na minha comunicação algumas ilustrações de capas de livros e mencionei, a propósito da literatura de aventuras e policial, os nomes dos editores João Romano Torres e Henrique Torres. Já então, o Professor sublinhou a importância do estudo dos editores portugueses e a lacuna desse trabalho na História da Literatura Portuguesa. Por isso, Professor, neste livro em que os textos têm o intuito de o homenagear, decidi aproveitar a oportunidade para escrever um texto cujo objectivo fosse proporcionar algumas achegas para uma história dos editores portugueses, apesar das carências destas minhas pequenas e toscas notas. Agradeço-lhe a ideia do tema. Bem haja!

É verdade que Labarre só se refere ao objecto cujo leitor-alvo é o público adulto e, por isso, considera que este “conjunto de folhas impressas, reunidas em volume brochado ou encadernado” (2005: 1) é sempre e só suporte de texto escrito assim como o material em que o enunciado é transmitido é sempre o papel. Todavia, o objecto-livro — todo ele: encadernação, enunciado, ilustração, aspecto gráfico, etc. — é texto em si mesmo e nem sempre o destinatário é o público adulto como nem sempre o suporte de transmissão da mensagem é o papel. Hoje em dia, o exemplo mais visível deste facto é dado pelos *ebooks*, pelos *kindles*, etc.

O hábito de leitura — LER (não só conhecer, meramente juntar letras) — cria-se desde muito tenra idade. As histórias que os pais lêem/contam aos filhos antes de estes irem dormir, estas histórias que os filhos ouvem e interpretam à sua maneira (lêem (?)) são sementes a criar raízes para que a árvore da cultura dessas crianças venha a dar frutos maduros. Estes contos vulgarmente chamados infantis e normalmente transportados para o papel vão constituir o conteúdo dos livros da literatura dita infantil.

A designação de “literatura infantil” merece alguns reparos quanto à terminologia. Esta denominação, em princípio, abrange as faixas etárias que vão desde as crianças que começam a dar os primeiros passos na leitura até àqueles que estão quase a entrar na maturidade. António Garcia Barreto, no seu *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*, propõe uma divisão tripartida deste tipo de literatura, pois considera que, a partir do séc. XX, esta terminologia simplificada de literatura infantil é redutora. Assim, estabelece, de acordo com a terminologia adoptada pela escritora brasileira Nelly Novaes Coelho, as seguintes classificações, mais adequadas ao desenvolvimento mental e psicológico dos jovens leitores a quem este género literário é destinado: literatura infantil para a que é dirigida a crianças até aos 10 anos; literatura infanto-juvenil para aquela cujos destinatários são jovens entre os 11-14 anos; e juvenil — aquela literatura que tem como público-alvo os jovens que já atingiram 15 anos (2002: 304-5). Estas denominações variam em Inglaterra, em França e em Espanha e mesmo em Portugal aceita-se bem e sem grande dificuldade a designação geral de literatura infanto-juvenil para nomear o subsistema literário constituído por obras para jovens, sejam estas originais ou sejam em tradução ou adaptadas e independentemente da idade específica dos destinatários. Em princípio, será esta a designação que adoptarei daqui em diante, pois o editor em estudo publica para todas as faixas etárias.

Pode dizer-se que, em Portugal, o género literário especialmente dirigido a crianças e adolescentes, se tornou em subsistema do polissistema literário português com o incremento dos estudos psicológicos e sociais no séc. XX, os quais modificaram o estatuto da criança, apontando as suas necessidades e exigências e até a sua vontade aquisitiva, como refere a autora Natércia Rocha na Introdução à sua *Bibliografia Geral da Literatura Portuguesa para Crianças*, obra prefaciada apologeticamente por David Mourão Ferreira (1987: 11). De acordo com aquela escritora, apoiada nas investigações de Henrique Marques Júnior, a publicação de obras pertencentes ao subsistema da literatura para crianças e adolescentes do polissistema literário

português, iniciou-se, provavelmente, no último quartel do séc. XVIII com a edição intitulada “Biblioteca da Educação e Ensino” da responsabilidade do editor David Corazzi, em 1773 (1987: 11). Natércia Rocha ainda faz menção de autores como João Rosado Villa-Lobos Vasconcelos e José Ignacio Roquete, respectivamente, dos sécs. XVIII e XIX, que assinaram livros para a infância. Todavia, na mencionada *Bibliografia*, não são assinalados nem casa editora nem editor de tais obras.

É também de referir que Garcia Barreto, no seu Dicionário, cita a existência, em finais do séc. XIX (1883), de obras de literatura dita para a infância — *Os Contos da Mamã*, de autoria de Maria Rita Chiappe Cadet, publicados sob a autorização dos reis D. Luis I e D. Maria Pia — sem, no entanto, mencionar o seu editor, que, segundo a Porbase, terá sido a Livraria de Madame Maria Francois Lallemand, em Lisboa. Por outro lado, Barreto ao reportar outra obra dita infantil dos anos 1875 e incluída na colecção Livraria do Povo menciona a sua editora — Em Casa de A. R. Da Cruz Coutinho da cidade Invicta. Ainda nos finais de oitocentos são nomes incontornáveis na literatura infanto-juvenil os de Maria Amália Vaz de Carvalho e de Gonçalves Crespo ou de Guerra Junqueiro, cujas primeiras obras são publicadas, respectivamente, pelas Editoras Joaquim Antunes Leitão, do Porto e, mais tarde, pela Companhia Portuguesa Editora também daquela cidade assim como pela editora Tavares Cardoso e Irmão e ainda pela Typografia J. H. Verde, ambas de Lisboa.

Nas primeiras décadas do séc. XX, tanto escritores como editores preocuparam-se com a leitura dos mais pequeninos. Nesta época, ao falar do livro infanto-juvenil em Portugal é imprescindível não esquecer os nomes de António Figueirinhas e da sua mulher Maria Pinto Figueirinhas. Estes dois professores, pedagogos, escritores e tradutores criaram e trabalharam na editora A. Figueirinhas, do Porto, e desde 1901, além de se dedicarem à escrita de originais para os mais jovens, divulgaram, através da tradução, obras do cânone internacional dirigidas a um público infanto-juvenil nas colecções dadas à luz por aquela editora e intituladas “Contos para as Crianças” e “Biblioteca das crianças”. Estes editores incluíram nas suas colecções obras de Charles Perrault, de Christian Andersen e textos dos irmãos Grimm. Outro marco importante na História da Literatura Infantil Portuguesa é Ana de Castro Osório (talvez a fundadora deste subsistema em Portugal), publicada pela Imprensa Libânio da Silva, da capital. Esta listagem, extremamente abreviada, só serve para catalogar nomes de editores ligados a escritores importantes no sistema literário português e, em particular, no subsistema da literatura infanto-juvenil e para mostrar que, por esta razão, se justificaria e seria interessante recuperar a história destes homens da actividade editorial e a da sua respectiva obra.

Na Introdução da obra atrás citada, Natércia Rocha (1987: 13) sublinha a falta de documentação e de elementos vários para a realização de uma pesquisa mais avançada no domínio da literatura infanto-juvenil:

Continua a faltar documentação minimamente organizada, faltam bibliografias temáticas ou outras solidamente construídas com dados merecedores de confiança; faltam conjuntos de resumos críticos, monografias diversas; faltam enfim, os instrumentos de trabalho básicos sem os quais qualquer pesquisador

não disporá de condições para progredir e chegar a conclusões que permitam caminhar para estudos mais avançados.

Curiosamente, Natércia Rocha, que sublinha tão objectivamente os vazios de estudos sobre a literatura para os mais jovens, não inclui, no índice da sua *Bibliografia*, qualquer capítulo que se reporte aos editores, embora o faça com referência a ilustradores e a prémios a autores deste género literário. Também no *Dicionário da Literatura Infantil Portuguesa*, embora Garcia Barreto mencione especificamente a Editorial Infantil Majora e também a Livraria A. Figueirinhas, entre algumas outras mais modernas, se encontra a lacuna de uma referência pormenorizada ao(s) editor(es) da obra infanto-juvenil dos escritores que se dedicaram a narrar para a infância elencados pelo autor do *Dicionário*. Esse vazio só é, no entanto, colmatado em parte nas biografias de alguns dos autores referidos em cada entrada do *Dicionário* e, especialmente, nos verbetes respeitantes à "coleção" e ao "conto", onde são mencionadas colecções trazidas à luz por algumas casas editoras de Lisboa e do Porto e os respectivos responsáveis pela edição delas. Contudo, também não há qualquer historial referente a essas mesmas casas editoras ou aos editores. Também os índices de *Breve história da Literatura para crianças em Portugal* de Natércia Rocha, datada de 1984, e de *História da Literatura Infantil Portuguesa* de Maria Laura Bettencourt Pires, sem data na 1ª edição da editora Vega, não indicam qualquer capítulo dedicado a editores. Apesar disso, qualquer das duas autoras não deixa de citar os nomes dos editores/casas editoras quando as obras referidas são da autoria de escritores portugueses de grande nomeada ou por que algumas obras obtiveram maior relevo no seio do mercado editorial. É o caso, por exemplo de Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Fernando Pessoa, etc.

Talvez, passados mais de vinte anos, as condições não sejam hoje tão deficitárias como eram à data em que Natércia Rocha fez a afirmação atrás transcrita. Mas a verdade é que, no que diz respeito à literatura infanto-juvenil, tanto em Estudos de Tradução como em Estudos de Recepção, ainda há muito por fazer. Entre as muitas falhas que me parecem existir, encontra-se um vazio quase total de estudos sobre editores, tanto dos que se dedicaram especialmente à edição de livros infanto-juvenis como mesmo daqueles cuja produção tem como leitor-alvo o público em geral. Não obstante, devemos sublinhar que, hoje em dia, já há investigadores que se dedicaram ao estudo de editores portugueses, como o demonstrou a interessante comunicação de Patrícia Anne Odber de Baubetta, ouvida no último Colóquio da UCP, sobre a parte da actividade editorial que a editora portuguesa Verbo dedicou à produção de colecções juvenis, citando, principalmente, a colecção 115. Aliás, já em *The Anthology in Portugal*, Baubeta se preocupou em estudar os editores portugueses, embora sob o ponto de vista da actividade antológica deles.

Diz-se que a obra de arte só tem verdadeiro significado quando chega ao seu destinatário — o público. Melhor dizendo, quando se transforma em objecto possuído e alcança com o seu possuidor uma relação de afecto(s). O produto material e comercial, que é o livro impresso, é também uma obra de arte. Não só o texto

enunciado como todo o conjunto que envolve a sua produção (que não deixa de ser texto também): a escolha do ilustrador mais adequado ao género literário, a encadernação em pele ou a cor da capa brochada, o desenho das vinhetas interiores, a selecção de um prefaciador, das epígrafes, etc. — tudo isto torna o artigo físico e comercial chamado livro em obra de arte. E alguém superintende sobre essas funções — o editor.

Quem é o editor? Qual o papel do editor no meio cultural em que está inserido?

Não vou fazer aqui a história da edição em Portugal — por muito interessante que isso fosse, exigiria um maior fôlego que este humilde artigo de algumas páginas não comportaria. Porém, quando se fala de edição ou de uma organização editorial específicas, é normal que se defina quem a palavra editor denota e que se saiba o papel que ele desempenha no seu contexto social.

A palavra *editor*, de origem latina, expressa aquele que produz. Neste contexto, ainda o autor. Entre nós, segundo a opinião de alguns, o editor, com a conotação que hoje lhe atribuímos, surge em 1630, com uma afirmação de Mateus Pinheiro (2008: 437) sobre certa obra que imprimira “à sua custa e a fizeera emendar de muitos erros...” Para outros, esta profissão só se inicia dois séculos mais tarde, em 1830, ou talvez até dez anos antes. Até ao séc. XIX, a figura do editor, responsável pela publicação e difusão de um texto pelos mercados nele interessados, estava ligada tanto a impressoras como a livreiros.

A definição de editor tem de ter em conta a palavra que o adjectiva. O editor crítico não é exactamente o mesmo que o editor literário ou o editor electrónico. O editor em geral, que Francisco Vale considera ser hoje uma profissão de risco, tendo em vista a concorrência do avanço tecnológico e das impressões de texto em *ebooks*, *kindles* ou ainda edições a pedido, é aquele que numa definição reduzida imprime ou manda imprimir um texto de que não é o autor. A definição de editor puro, do séc. XX, é muito mais complexa: editor é a pessoa singular ou a organização que se responsabiliza pela preparação para publicação de um documento. Tratando-se especificamente do editor de um texto literário — do editor de um livro tipográfico — este é, vulgarmente, uma pessoa culta, letrada, com conhecimentos humanísticos e de várias literaturas, o qual tem por função seleccionar as obras a lançar no mercado livreiro para aquisição pelo leitorado de um determinado país; quando estão em causa autores estrangeiros, escolher os tradutores para aqueles textos de partida e rever os textos de chegada; reler o texto para o impressor, monitorizar todo um grupo de pessoas ligadas ao fabrico desse bem de consumo que é o livro. O editor pode cingir-se ao controlo técnico da produção do objecto, mas também pode adicionar ao conteúdo escrito pelo autor notas prévias, introduções, comentários críticos ou esclarecimentos. Em princípio, todas estas funções são exercidas por uma pessoa singular; mas, por vezes, a casa comercial editorial encarrega uma comissão de levar a cabo estas tarefas.

Alguns editores, devido às suas escolhas das obras que publicam e pelas influências que essas obras têm na estrutura do polissistema literário de um dado país ou ainda pelos seus prefácios às obras introduzidas no mercado, tornaram-se editores

de prestígio no meio editorial ou mesmo na sociedade em geral. Há ainda editores que se especializam em determinados tipos de literatura: obras de referência, obras literárias sobre Arte (Pintura, Música, Cinema, Fotografia, etc.), literatura de viagens, literatura de aventuras ou literatura policial, etc. Quanto a esta última, no séc. XX, há a mencionar os nomes de João Romano Torres que, na literatura juvenil, foi o editor das traduções portuguesas da obra de Emílio Salgari, e de Henrique Torres que se votou à publicação de pseudo-traduições da literatura policial. Outro editor incontornável na literatura infanto-juvenil portuguesa, foi o escritor, jornalista e poeta Adolfo Simões Müller, responsável, por exemplo, pela edição de vários jornais infantis e pela colecção "Gente Grande para Gente Pequena". Estes são meros exemplos de editores portugueses dedicados à literatura infanto-juvenil portuguesa cuja lista deverá ser acrescentada com os muitos editores/directores de jornais infantis como, por exemplo, A. J. Ferreira, Henrique Marques Júnior, Ana de Castro Osório, Maria Lúcia Namorado, entre outros.

Se se imputa ao editor a assunção de publicar e difundir o livro, ele é também um dos grandes responsáveis pela educação e formação cultural de um leitorado. Este mérito e responsabilidade merecem ainda uma maior consideração quando o editor ou a casa editora se preocupa com as camadas de leitores mais jovens. Mesmo quando esse(s) editor(es)/casa(s) editora(s) não se preocupam excessivamente com a qualidade e um preciosismo de forma literária ou com uma literatura mais direccionada para um sector da população melhor formada culturalmente, a ideia de publicar livros ("literatura") em formato de livro-objecto lúdico (brinquedo) para uma faixa etária infanto-juvenil de um estrato menos favorecido da população é digna de apreço.

Numa pesquisa cibernética para a literatura infantil, visitámos virtualmente um Museu (infelizmente ainda não aberto ao público para uma visita real, bem merecida e proveitosa, além de divertida). Neste Museu, criado em 2006 pelo actual administrador António Oliveira, filho do fundador da Editorial Infantil MAJORA e onde estamos agora numa visita real, autorizada por este administrador, en(con)tramos um mundo imagético, imaginário e imaginado (apesar de real) de jogos, brinquedos e livros que se intermisturam: cubos de letras para *puzzles* que escrevem palavras e histórias, bonecas/os de braços e pernas articulados cujo corpo se abre em forma de livro e narra contos para meninas e/ou rapazes ou ainda livros em tamanho miniatura de fácil manuseamento para mãos pequenas, a caixa de tabuada, um cilindro para guardar lápis, palhaços que dão respostas ...²

Em 1939, em consequência de uma viagem à Alemanha dois anos antes, país onde descobre jogos e brinquedos então ainda inexistentes em Portugal, o contabilista Mário José António Oliveira (1908-1995) decide trazer para o nosso país

² Agradeço ao administrador António Oliveira toda a sua disponibilidade para me receber e fornecer dados sobre a formação e desenvolvimento da Majora e autorização da visita ao Museu da empresa.

essas ideias inovadoras e criar, na cave da casa dos pais do fundador, onde vivia, na Avenida da Boavista, no Porto, a empresa portuguesa de jogos e brinquedos e livros (de cartão e não só) MAJORA — nome que reflecte as iniciais e as primeiras e a última sílabas do nome do fundador. A data de este início é comprovada pela primeira folha de balanço da actividade, ainda manuscrita por Mário José António Oliveira, a qual se encontra exposta no Museu desta firma. Em 1944, o local da empresa muda para outra rua do Porto e hoje, com o desenvolvimento da firma, cuja administração já vai na terceira geração, esta fábrica de jogos tem a dimensão apresentada pelo museu virtual existente na *Net*, o qual uma vez que é visitável virtualmente me dispense de apresentar e descrever, pelo menos na parte respeitante aos jogos meramente lúdicos, para me dedicar à actividade editorial da literatura infanto-juvenil desta empresa.

Os primeiros anos de actividade da fábrica Majora não foram fáceis, visto a Europa estar já em II Guerra Mundial, e era o fundador que se encarregava de todas as funções administrativas, escolhendo os autores, os desenhadores e os tradutores na parte relativa à edição dos livros publicados pela empresa. O início da actividade fez-se com o fabrico de cubos para *puzzles* e jogos, chamando-se o primeiro jogo “pontapé ao gol” (!), e os cubos tendo já em vista o ensino do abecedário — o “abc” em cubos e a caixa de tabuada (1940).

No entanto, a Majora desde sempre se preocupou com uma actividade editorial de livros para as camadas infanto-juvenis e particularmente para as crianças dos estratos sociais mais pobres. Alguns dos pequenos livros postos à venda logo no começo da actividade custavam 1 escudo e os mais caros 4 escudos! Só nos anos 50/60, os preços de cada volume de algumas colecções subiram para 10\$00 e 12\$00. E tal como refere Garcia Barreto (2002: 327), toda a intenção de criar um leitorado jovem e popular revela-se na sigla das suas publicações “um amigo que diverte, que educa e que instrui”.

Este interesse pela formação de um leitorado que criasse o hábito do prazer da leitura e o amor pelo livro levou o fundador/editor da Editorial Infantil Majora, já em 1940, a criar/editar o chamado livro de pano (Figura 1)³, invenção da Majora e provavelmente os primeiros que se fizeram em toda a Europa. Estes livros eram fabricados num pano tratado de forma que ficasse uma tela maleável e lavável que podia ser impressa em máquinas tipográficas e que não se podia nem rasgar nem romper e sendo as bordas superior e inferior das páginas picotadas, conferindo-lhes assim uma grande durabilidade. Eram livros de tamanho relativamente pequeno, profusamente ilustrados e de fácil manejamento, dirigidos a crianças de muito pouca idade que ainda não conhecessem o abecedário ou tivessem começado a aprender as primeiras letras. Contudo, se os primeiros livros de pano se limitavam a poucas frases, vulgarmente rimadas, este tipo de livro chegou a inserir histórias completas

³ As duas figuras apresentadas foram amavelmente cedidas pela fábrica Majora e são a cores; são aqui apresentadas a preto e branco por razões editoriais.

— contos de fadas e tradicionais, embora resumidos — e a ser ilustrados com desenhos a cores, pintados à mão, como é o caso do livro intitulado *A História da Fátima contada aos pequeninos*, de autoria de Pe. Armando Ferreira e ilustrado com desenhos pintados à mão por Laura Costa (Figura 1).

Todos os livros publicados eram obrigados a ir à aprovação da censura, inclusive os livros de pano que, como se disse, eram dirigidos a crianças muito novas, em alguns casos a menores de quatro anos de idade! Nunca houve qualquer apreensão. Mas este facto pode verificar-se na contracapa do livro acima referido — escrito por um padre e aprovado pela autoridade eclesiástica — a qual apresenta no canto inferior esquerdo a autorização da Comissão de Censura (Figura 1).

Além dos livros de pano, a Majora também editou os chamados livros em relevo ou de armar, livros-brinquedo, em cartolina, em que as ilustrações das histórias, vulgarmente contos de fadas tradicionais, se “armavam” em volume e em três dimensões e assim as histórias narravam-se por si mesmas, permitindo, por vezes, que a criança movimentasse algumas das personagens.

Merecem referência as inúmeras colecções publicadas por esta editora portuense (Figura 2) — o que, aliás, foi acontecendo ao longo dos anos, desde 1947 até hoje, com a estima dos jovens leitores, como o prova a reedição da colecção *Formiguinha* ainda há dois ou três anos.

Sem querer fazer aqui uma bibliografia completa de tais colecções, tentarei, tanto quanto possível, dar alguns títulos, os anos de edição (entre parêntesis a seguir ao título), o número de volumes da colecção, os autores (alguns também ilustradores e responsáveis por toda a colecção) e os desenhadores: *Gato Preto* (1947) com contos, algumas adaptações dos tradicionais, e novelas infantis de Gabriel Ferrão (*Dois Pequenos Mariolas*, *Aventuras de Dois Gémeos*) ou com ilustrações deste autor/desenhador e histórias da autoria de Dora Santiago e de João Paulo, tendo sido publicados pelo menos onze títulos; *Salta-Pocinhas* (1948) — também com onze títulos, contos originais e adaptações de outros tradicionais e uma novela infantil, todos de autoria de Gabriel Ferrão (*O Boneco de neve do príncipe Vimar*, *O Castigo do Zé Lobo*, *Dona Lebre perna fina e proezas do Faustino Abelhudo*, *A Fortuna do Tio Miséria*, *O Gigante dos olhos tortos*, *Joanico na terra dos narigudos*, *O Macaco pescador*, *O Pequeno Rei da floresta livre*, *O Presente das Boas Fadas e outros contos*, *Quá-Quá, dorminhoco e pata-choca*, *Marianita sem eira nem beira*); colecção *Coelbinho Branco* (1948), constituída por doze títulos por Gabriel Ferrão — três novelas infantis originais, alguns contos e adaptações de histórias tradicionais; *Sarapico-Mafarrico*, ainda com dois trabalhos de Gabriel Ferrão, *Aprender é Saber* da responsabilidade também de Gabriel Ferrão; *Pequeno Detective* — colecção constituída por seis pequenas novelas policiais infantis deste último autor referido; *Pica-Pau* (1955), colecção com vinte e seis títulos, adaptações de Costa Barreto e ilustrações de César Abbott, como, por exemplo, *A Bela Adormecida*, *A Bela e o Monstro*, *O Menino e a maçãzinha de ouro*, etc.; *Contos das Mil e Uma noites* (1956), colecção com dezoito títulos escritos por Costa Barreto e ilustrações de César Abbott, que teve como primeiro volume *A História do Tapete voador e do mais que se verá*; a *Série de Prata* (1964), colecção com desenhos

de Laura Costa, de Santelmo, Costa Abott, e textos, uns originais, outros adaptações, de Lígia Cunha, Costa Barreto, Dora Santiago e Gabriel Ferrão, e as colecções *Série de Ouro*, *Série Relevo*, *Extra*, *Pequena Princesinha*; ainda a colecção *Periquito* (1955), com desenhos de L. Nogueira, e textos de Vera Borba, Elsa Maria, Dora Santiago e Nita de Sousa, constituída por trinta e nove títulos; a *Pintarroxo* e a *Saltarico*, e a colecção *Girafa* (1956) com doze volumes da responsabilidade de Nita de Sousa, com onze textos desta autora e um volume da autoria de Elisa Viana e ilustrações de Santelmo; a colecção *Pinto Calçado* (1954) é um conjunto de volumes com textos de tradição popular, adaptados por Fernando de Castro Pires de Lima e ilustrados por Laura Costa, sendo o primeiro volume publicado intitulado *O Pinto Calçado e outros contos infantis*.

Fernando de Castro Pires de Lima e a desenhadora Laura Costa, são, respectivamente, autor e ilustradora dos 30 volumes da colecção *Varinha Mágica* (1955), uma colectânea de livros infantis de divulgação popular na sua maioria com adaptações de contos populares e tradicionais. Os textos da muito apreciada colecção *Formiguinha*, com primeira edição em 1955, composta por sessenta livros de muito pequeno formato (com mais ou menos quinze/dezasseis páginas e cerca de 10 centímetros de altura cada), são, em grande parte, adaptações de contos de fadas e de outros contos tradicionais feitas por João Sereno e ilustradas por Costa Abott. A reedição da colecção *Formiguinha* demonstra o prazer dos pequenos leitores por estas edições e colecções da Editora Infantil Majora.

Se os autores que escreveram para esta editora portuense apresentaram muitas vezes textos originais, também é verdade que se as adaptações de alguns dos escritores se basearam, por um lado, em contos tradicionais populares e até em obras de autores do cânone da literatura portuguesa, por outro lado, foram buscar inspiração a literaturas estrangeiras. Teremos pois de admitir que esta editora não só teve como objectivo formar/criar um leitorado infanto-juvenil popular — objectivo que me parece conseguido — como foi uma das primeiras a influenciar e desenvolver o subsistema da literatura infanto-juvenil do polissistema literário português.

Bibliografia

- Barreto, António Garcia. (2002). *Dicionário da Literatura Infantil Portuguesa*. Porto: Campo das Letras — Editora SA.
- Baubeta, Patrícia Anne Odber. (2007). *The Anthology in Portugal, A New Approach to the History of Portuguese Literature in the Twentieth Century*. Oxford: Peter Lang.
- Faria, Maria Isabel e Pericão, Maria da Graça. (2008). *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Edições Almedina.
- Labarre, Albert. (2005). *História do Livro*. Trad. Alberto Júlio Silva. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pires, Maria Laura Bettencourt (s/d). *História da Literatura Infantil Portuguesa*. Lisboa, Veja.

Rocha, Natércia. (1984). *Breve história da literatura para crianças em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Biblioteca Breve, Volume 97.

_____. (1987). *Bibliografia Geral da Literatura Portuguesa para Crianças*. Lisboa: Editorial Comunicação.

Vale, Francisco. (2009). *Autores, Editores e Leitores*. Lisboa: Relógio d'Água.



Figura 1: capa e contracapa de um livro de pano da Editorial Infantil Majora com ilustrações pintadas à mão por Laura Costa.

LIVROS EM PANO LAVÁVEL E IRROMPÍVEL

O Cortiço de Zombo-Zombo	Cada	12500
Dois Alegres Brincalhões	"	12500
As Férias de Tombo	"	12500
Patinhos, Pistalhões e outros Bichinhos	"	12500
A Biblioteca do Zélio	"	12500
Os Meus Animais	"	12500
As Músicas Aves	"	12500
Bobé no Jardim Zoológico	"	12500
Civco	"	22500
Livro dos Pequenos	"	22500
No Mundo dos Animais	"	22500
A. B. C. de Figuras	"	22500
A Casa Buralhoira	"	22500
História da Carochinha	"	22500
A Menina do Capuchinho Vermelho	"	22500

DIVERSOS

Livros de colorir, pistetas mágicas, olhos luminosos, construções em cartolina e em papel para recortar, soldadas, papéis de carta la-sertil e quadros com traços regionais, bilhetes postais, etc., etc.

BRINQUEDOS—JOGOS—CONSTRUÇÕES
" MAJORA "

Jogos de Sala—Jogos Educativos—Jogos de Jardim—Jogos de Mesa—Construções em madeira—Pacifitacías—Brinquedos, etc., etc.

CÉNTENAS DE MODELOS PARA TODOS OS PREÇOS

À venda nas casas da especialidade em toda a parte.

1970, Nacional, Lda, 18.000 Rio, P. 200

COLEÇÕES INFANTIS MAJORA

PEQUENINO

VIOLINA MÁGICA

COELHO BRANCO

BALTA POUMBA

PATO CALÇADO

PEQUENO DETECTIVE

PICU-PIU

SATO PATO

FORMIGUEIRO

Figura 2: anúncios da Editorial Infantil Majora às colecções publicadas por esta editora.